

O Mundo em Português N°7

Abril 2000

Portugal: Estado americano

José Calvet de Magalhães

Com um território constituído pelo Portugal europeu e pelo gigantesco Brasil surgiu, no final de 1815, um Estado simultaneamente europeu e americano. O Rei era português, a capital era o Rio de Janeiro. Uma realidade única na história universal.

Neste ano em que se celebra o quinto centenário do achamento do Brasil pela esquadra de Pedro Álvares Cabral a caminho da Índia, e se passam em revista as relações do Portugal europeu com o gigantesco Brasil americano, talvez valha a pena lembrar que Portugal, durante algum tempo, foi também um Estado americano, de facto e de direito.

Devido à fúria expansionista de Napoleão e à sua ânsia de engolir nações e aprisionar monarcas, o Regente de Portugal, D. João, que governava em nome da sua mãe dementada, transferiu a Corte portuguesa para o Brasil passando a capital portuguesa a ser a espectacular cidade de Rio de Janeiro. Esta transferência geográfica, embora com importantes consequências políticas e económicas, não alterou, no entanto, a organização constitucional do Estado português. A sua metrópole continuou a ser o Portugal europeu e o Brasil a manter o seu estatuto colonial, embora com largas alterações à face do direito internacional então vigente.

Durante sete anos, ou seja, de 1808 a 1815, a situação constitucional portuguesa manteve-se inalterada. Mas a presença do Regente de Portugal no Brasil, e de um grande número de homens notáveis que o acompanharam ou a ele se juntaram posteriormente, acabaram por transformar o Brasil num verdadeiro Estado de facto. O governo do Príncipe Regente de Portugal foi-se firmando no Brasil, reproduzindo em terras brasileiras grande parte das instituições administrativas do velho reino, criando desta forma as bases do que viria a ser um novo Estado.

John Quincy Adams, futuro Presidente dos Estados Unidos, quando Ministro americano em S. Petersburgo, afirmava, em 9 de Outubro de 1810, ao Conde Romanzoff, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, que era sua convicção que as colónias espanholas da América em breve se libertariam do domínio espanhol proclamando a sua independência e, quanto ao Brasil, « a sua independência já está declarada », pois « a transferência da família real de Portugal provocou, como resultado, nada mais nada menos do que uma declaração de independência das colónias portuguesas da América. » A transferência da sede do Governo português de Lisboa para o Rio de Janeiro foi, na verdade, encarada com satisfação pelo Governo dos Estados Unidos pelo facto de ter posto termo, de facto, à condição colonial do Brasil, criando uma expectativa de independência política, visto que, após restabelecida a paz na Europa, seria de presumir que o monarca português regressasse à Europa e o Brasil, nessa hipótese, não aceitaria regressar à simples condição de colónia.

Logo a partir de 1812, quando a estrela de Napoleão começou a empalidecer, começou a pensar-se no regresso à Europa do Príncipe Regente e, a partir de 1814, quer os governadores do Reino em Lisboa, quer as potenciais aliadas, principiaram a solicitar o regresso de D. João, tendo o governo britânico tomado até disposições materiais para reconduzi-lo a Lisboa, enviando ao Rio de Janeiro o vice-almirante John Beresford, irmão do marechal Beresford que se achava em Portugal

comandando as forças portuguesas, uma espécie de pró-cônsul britânico em terras de Portugal.

D. João, porém, havia-se afeiçoado por tal forma à vida brasileira que, na realidade, não pretendia regressar a Portugal. Em 10 de Março de 1815, o Ministro americano no Rio de Janeiro, Thomas Sumter, informava os seus colegas em Londres e Paris, de que o Príncipe Regente não queria abandonar o Brasil, comunicando para a Secretaria de Estado que os ingleses continuavam a pressionar o governo português com o objectivo de, após o regresso do Regente a Portugal, o Brasil reverter ao seu estatuto colonial, podendo eles usufruir sozinhos dos benefícios do comércio com o Brasil, em virtude dos tratados celebrados com Portugal. A resposta hábil de D. João a estas pretensões britânicas, foi a Carta de Lei de 16 de Dezembro de 1815 promulgando o «Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves». A partir, pois, do final de 1815 até à independência do Brasil em 7 de Setembro de 1822, Portugal, com um território constituído pelo Portugal europeu e pelo gigantesco Brasil, erigiu-se em Estado simultaneamente europeu e americano, uma realidade única na história universal.

A revolução liberal portuguesa, que eclodiu primeiro no Porto, em 24 de Agosto de 1820, alastrando para Lisboa em 28 de Setembro, acabou também por se repercutir no Brasil, onde, em 1 de Janeiro de 1821, teve lugar uma revolta liberal, iniciada no Pará e na Baía, atingindo finalmente o Rio de Janeiro em 26 de Fevereiro. D. João VI, Rei desde 1816, pelo falecimento da sua mãe, foi levado a prometer o juramento da Constituição que estava sendo discutida nas Cortes reunidas em Lisboa; a regressar a Portugal e a constituir um novo governo composto de personalidades liberais. Deste governo fez parte, como Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira, um diplomata e publicista notável, que Alexandre Herculano chamou «o maior pensador português do seu tempo».

Ao assumir a pasta dos Negócios Estrangeiros, Pinheiro Ferreira preocupou-se imediatamente com o estado das relações do Reino Unido com as nações vizinhas no continente americano, em particular com os Governos de Buenos Aires e dos Estados Unidos da América. Considerando que a principal causa das dificuldades externas do Governo do Rio de Janeiro procedia da ocupação militar portuguesa da Província Oriental, o futuro Uruguai, adoptou medidas de grande desassombro e visão política, como foram a de reconhecer a independência das Províncias Unidas de Buenos Aires, a futura República da Argentina, em 16 de Abril de 1821, escassos dias antes do embarque de D. João VI e do Governo com destino à Europa; e dar instruções ao Barão de Laguna, comandante-chefe das forças portuguesas na Província Oriental, para proceder a uma consulta popular afim de se definir, democraticamente, o destino político daquela Província.

O reconhecimento da independência do Governo de Buenos Aires constituiu um acto histórico surpreendente e de grande alcance, pois foi o primeiro reconhecimento feito por qualquer país da independência de uma antiga província espanhola, procedendo em mais de um ano o reconhecimento efectuado pelo Governo dos Estados Unidos.

Na linha de pensamento dos grandes líderes autonomistas sul-americanos, Silvestre Pinheiro Ferreira concebeu, igualmente, um projecto de «confederação de independência» dos novos Estados americanos que começaram a surgir. Nas instruções entregues ao primeiro agente diplomático acreditado em Buenos Aires afirmava-se que era objectivo do Governo português que se estabelecesse uma «aliança defensiva» entre os países da América, incluindo os Estados Unidos, contra quaisquer ataques vindos de potências exteriores ao continente americano. Um tal projecto não foi visto, naturalmente, com simpatia por John Quincy Adams, então

Secretário de Estado, o grande inspirador da doutrina de Monroe, que viria a ser proclamada por este Presidente em Dezembro de 1823.

Estes factos históricos, brevemente recordados, mostram com clareza como as raízes históricas que ligam Portugal aos países do Mercosul vão mais além do que a ligação secular metrópole-colónia de Portugal e Brasil. Não só o Governo português preparou, conscientemente, o Brasil para assumir o estatuto de um verdadeiro Estado, como em Dezembro de 1815 o elevou, constitucionalmente, a esse estatuto; como ainda tomou a dianteira de todos os países do mundo reconhecendo a independência do Governo de Buenos Aires; e concedeu ao povo uruguaio a liberdade de escolher democraticamente o seu destino político; propondo, além disso, uma associação dos Estados americanos para melhor defenderem as suas independências e os seus interesses comuns.